

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos nove dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas,
2 na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público
3 do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de Justiça -
4 PGJ, reuniram-se para a 36ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos -
6 CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
7 **França Pinto**, Procuradora-Geral de Justiça, Presidente do
8 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
9 Difusos, as conselheiras e conselheiros adiante indicados: **Dra.**
10 **Maria Lúcia de Castro Teixeira**, representando a Procuradoria
11 Geral do Estado - **PGE**; **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**,
12 representando o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
13 - **CONPAM**; **Dra. Marilene da Páscoa Barros**, representando a
14 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**;
15 **Dr. Edson Alves da Silva Filho**, representando a Secretaria de
16 Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**,
17 representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**;
18 **Deputado Sérgio de Araújo Lima Aguiar**, representando a
19 Assembléia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**; **Dr. José**
20 **Francisco de Oliveira Filho**, membro do Ministério Público,
21 titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e
22 Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**,
23 Secretário-Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa
24 do Consumidor - **DECON**; **Dra. Lucivanda Serpa Gomes**, representando
25 a Secretaria da Fazenda - **SEFAZ**; **Dra. Sheila Cavalcante**
26 **Pitombeira**, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de
27 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio
28 Histórico e Cultural - **CAOMACE**. Justificou ausência: o
29 representante da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará -
30 **SETUR** e as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
31 **França Pinto - PGJ**, Presidente do Conselho, iniciou a sessão
32 cumprimentando a todos os presentes. Em seguida passou para a
33 leitura da Pauta da 36ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual
34 Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a
35 existência de quorum a sessão foi aberta. Ordem do dia -
36 Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária do
37 CEG/FDID. Perguntou aos Conselheiros se alguém queria se
38 manifestar a respeito da ata. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias**
39 **Sales** solicitou a correção da palavra "regularização" grafada na
40 linha 178 da ata, pela palavra "reestruturação", justificando
41 que quando da sua colocação usou a palavra inadequada, pois o
42 Fundo Estadual do Meio Ambiente já está criado por lei, e a
43 palavra correta seria reestruturação desse Fundo. A emenda foi
44 aprovada por todos os Conselheiros presentes. **Dra. Maria do**
45 **Perpétuo Socorro França Pinto - Segundo Ponto: Apresentação do**
46 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 abril de 2008. O valor total é de R\$ 405.873,71 (quatrocentos e
48 cinco mil oitocentos e setenta e três reais e setenta e um
49 centavos), valor aprovado por todos os Conselheiros. Terceiro
50 Ponto: Apresentação de Minuta de Lei disciplinando a cobrança e
51 o parcelamento de débitos fiscais oriundos de multas aplicadas
52 em prol do FDID. A nova minuta de lei enviada pela Dra.
53 Lucivanda Serpa Gomes (SEFAZ) a Secretária-Executiva do CEG/FDID
54 foi repassada para todos os Conselheiros, para conhecimento e
55 análise. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** disse ter sido
56 observada na proposta de lei que ela vai gerar uma repercussão
57 na estrutura de outros órgãos do Estado, pois precisa saber, por
58 exemplo, quem vai ficar responsável pela cobrança. O
59 entendimento é que seja a Procuradoria Geral do Estado - PGE,
60 mas ela ainda não sabe como vai ser esse parcelamento, pois não
61 dispõe de uma estrutura adequada para fazer essa cobrança, e nem
62 como institucionalizar para que o devedor já faça a solicitação
63 do parcelamento pela internet. Solicitou que a discussão dessa
64 matéria fosse suspensa nessa reunião até que esse assunto seja
65 conversado com a Procuradoria Fiscal da PGE para verificar como
66 serão feitos os procedimentos, para não ficar com uma proposta
67 de um dispositivo legal que possa indiretamente implicar num
68 descumprimento da lei. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
69 **Pinto** perguntou se mais alguém teria outra compreensão a
70 respeito do anteprojeto de lei, e se o parcelamento seria
71 disciplinado através de lei ordinária. **Dra. Sheila Cavalcante**
72 **Pitombeira** respondeu que o parcelamento seria através de lei
73 ordinária, e que a cobrança será feita após a inscrição do
74 débito na Dívida Ativa do Estado. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
75 **França Pinto** comentou que a minuta de lei se refere ao artigo 3º
76 da Lei Complementar nº 46/04. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
77 explicou que a minuta de lei está se referindo a multas
78 referenciadas nos incisos do artigo 3º da Lei Complementar nº
79 46/04, e que serão aplicadas a partir do momento em que o
80 processo sair da Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção
81 e Defesa do Consumidor - JURDECON, que o Termo de Ajustamento de
82 Conduta firmado não for cumprido e o débito inscrito na Dívida
83 Ativa do Estado. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
84 indagou se algum Conselheiro teria sugestão a fazer, pois o
85 pedido é para sobrestar essa matéria da sessão de hoje. O
86 sobrestamento foi aceito por todos os Conselheiros. **Dra. Maria**
87 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Quarto Ponto: Apresentação e
88 distribuição aos Conselheiros dos projetos apresentados em 2008,
89 para análise e relatoria. Informou aos Conselheiros que o
90 Ministério Público do Estado do Ceará apresentou um projeto, e
91 iniciou a sua distribuição, respeitando a ordem da lei,
92 começando com o projeto da Procuradoria Geral de Justiça que foi

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 distribuído para ser analisado e relatado pela Coordenadora do
94 Centro de Apoio Operacional de proteção à Ecologia, Meio
95 Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - CAOMACE,
96 Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira; o Projeto apresentado pela
97 Secretaria de Cultura do Estado do Ceará distribuído ao
98 Conselheiro Secretário-Executivo do Programa Estadual de
99 Proteção e Defesa do Consumidor - DECON, Dr. Antonio Carlos
100 Azevedo Costa; o Projeto apresentado pela Procuradoria Geral do
101 Estado distribuído a Conselheira da Secretaria da Fazenda do
102 Estado do Ceará - SEFAZ, Dra. Lucivanda Serpa Gomes; o Projeto
103 apresentado pela Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú
104 distribuído ao Conselheiro da Secretaria do Turismo do Estado do
105 Ceará - SETUR, Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto; o Projeto da
106 Associação dos Amigos do Museu do Ceará distribuído ao
107 Conselheiro da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará - AL,
108 Deputado Sérgio Aguiar e o Projeto apresentado pela Sociedade
109 Cearense Eunice Weaver distribuído a Conselheira do Conselho de
110 Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, Dra. Maria Tereza
111 Bezerra Farias Sales. Sugeriu ao Conselho que o Projeto
112 apresentado pela Procuradoria Geral de Justiça, para ser mais
113 transparente, que fosse analisado e relatado por outro
114 Conselheiro, por ser o CAOMACE um setor da Procuradoria Geral de
115 Justiça. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** indagou da
116 Secretaria-Executiva do Conselho como seria a distribuição por
117 rodízio. **Dra. Ivonete Albuquerque** informou que pela lei, a
118 distribuição é por rodízio, o primeiro projeto apresentado
119 caberia ao CAOMACE. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
120 perguntou dentre os que receberam projeto, quem gostaria de
121 compensar e ficar com o Projeto da Procuradoria Geral de
122 Justiça. **Dra. Lucivanda Serpa Gomes** manifestou interesse em
123 fazer a troca. O CAOMACE ficou com o Projeto da PGE e a SEFAZ
124 com o Projeto da PGJ. A permuta dos projetos foi aprovada pelos
125 Conselheiros presentes. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
126 **Pinto** observou que o representante da Assembléia Legislativa não
127 estava presente na reunião, mas que o Projeto seria enviado a
128 ele, pois é uma obediência estabelecida pela lei. Quinto Ponto:
129 Assuntos Gerais. Informou o envio dos seguintes ofícios: 1 - Ao
130 Dr. Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, Juiz de Direito da
131 Comarca de Cariré e a Dra. Olga Paiva do Instituto do Patrimônio
132 Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; 2 - Aos Conselheiros-
133 Membros do CEG/FDID solicitando a presença de representante das
134 Assessorias de Comunicação de suas instituições nas reuniões
135 agendadas pela PGJ, para a divulgação do FDID. Indagou se as
136 instituições haviam recebido os ofícios, justificando que o
137 envio desses foi ocasionado pela ausência da maioria dos
138 representantes das Assessorias dos órgãos que compõem o Conselho

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

139 Gestor às reuniões agendadas pela Assessoria de Comunicação da
140 PGJ. **Dra. Grazielle Albuquerque** (Assessoria de Comunicação da
141 PGJ) informou ao Conselho que depois do encaminhamento dos
142 ofícios ela teve a resposta de duas assessorias, e que a Dra.
143 Sheila a havia comunicado que talvez o FDID se tornasse em outro
144 Fundo, mas que a Assessoria da PGJ já estava com um folder de
145 divulgação quase pronto, e que foi sobrestado aguardando essa
146 transformação. Que tão logo haja uma definição, essa Assessoria
147 entraria em contato com todas as outras, pois é muito importante
148 a participação de todos. 3 - Ao Instituto do Patrimônio
149 Histórico e Artístico Nacional - IPHAN solicitando informações
150 sobre as áreas que foram tombadas e as que estão em processo de
151 tombamento, referentes ao patrimônio histórico, cultural,
152 paisagístico, registros paleontológicos e arqueológicos
153 identificados no Estado do Ceará; 4 - Aos Deputados Sérgio
154 Aguiar e Tomás Figueiredo, representantes da Assembléia
155 Legislativa do Estado do Ceará no Conselho Gestor, encaminhando
156 a Legislação do FDID e o Calendário das Reuniões do Conselho
157 Gestor de 2008; 5 - Aos Promotores de Justiça da Comarca de
158 Beberibe sobre as falésias, e da Comarca de Aracati sobre o
159 casario da Rua Grande. Informou que tudo o que foi solicitado
160 pelos Conselheiros foi providenciado. Informou também os valores
161 disponíveis na conta do FDID no mês de maio para financiamento
162 dos projetos que é de R\$ 257.599,38 (duzentos e cinquenta e sete
163 mil quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos),
164 pois R\$ 83.874,48 (oitenta e três mil oitocentos e quarenta e
165 sete reais e quarenta e oito centavos) é para pagamento dos
166 Projetos da Procuradoria Geral de Justiça, já aprovados e que
167 estão em andamento, e R\$ 64.399,20 (sessenta e quatro mil
168 trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos) relativos aos
169 20% a que tem direito o Ministério Público no ano de 2008. **Dra.**
170 **Maria do Perpétuo Socorro França** passou a palavra aos
171 Conselheiros. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** perguntou a
172 Ivonete Albuquerque se os projetos apresentados necessitavam de
173 diligências. Dra. Ivonete Albuquerque respondeu que todos os
174 projetos necessitavam que fossem realizadas diligências, pois
175 foram vistos apenas as certidões e balanços. Informou que foi
176 feito um check-list que acompanha o processo, para ajudar aos
177 Conselheiros na análise dos Projetos e Planos de Trabalho. **Dra.**
178 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** registrou a chegada do
179 Deputado Sérgio Aguiar, representante da Assembléia Legislativa,
180 desejando-o boas vindas. Informou-o que nessa reunião já haviam
181 sido realizadas algumas apresentações dentre elas uma muito
182 importante que foi a apresentação e distribuição aos
183 Conselheiros dos Projetos com vistas ao financiamento em 2008, e
184 à Assembléia Legislativa coube analisar e relatar o projeto

185 proposto pela Associação de Amigos do Museu do Ceará,
186 entregando-o e informando-o que será votado na próxima reunião,
187 no dia 14 de julho. **Dra. Grazielle Albuquerque** (Assessora de
188 Comunicação da PGJ) pediu a palavra para agradecer a colaboração
189 da Assessoria de Comunicação do CONPAM e do Deputado Cirilo
190 Pimenta na organização de uma Audiência Pública que foi marcada
191 na Assembléia Legislativa, mas que não foi realizada por falta
192 de público, inclusive da ausência de alguns representantes do
193 Conselho Gestor do FDID. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
194 **Pinto** falou que o Conselho tem que mostrar o seu trabalho para
195 ganhar credibilidade. Disse também que vai precisar que o
196 representante da Assembléia Legislativa divulgue nas sessões
197 daquela Casa que existe o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
198 do Estado do Ceará - FDID. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**
199 informou que sobre o FDID, o Conselho de Políticas e Gestão do
200 Meio Ambiente - CONPAM, a Procuradoria Geral do Estado - PGE e o
201 Ministério Público estavam fazendo uma reestruturação, mas com a
202 saída do Dr. André, Presidente do CONPAM, os trabalhos foram
203 paralisados aguardando a indicação de um novo Presidente. **Dra.**
204 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** falou que a demora decorreu da
205 falta de um entendimento interno entre as instâncias do governo
206 de qual seria a melhor forma de estruturar esse Fundo. Deve ser
207 ouvida a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a
208 Secretaria da Fazenda - SEFAZ, pois a alteração do Fundo do Meio
209 Ambiente - FEMA, vai mexer com a estrutura de Planejamento e
210 Orçamento do Estado. Que a sugestão do Procurador Geral do
211 Estado sobre esse assunto é a de que não fosse levada para
212 votação nenhuma sugestão com relação à alteração do FEMA, até
213 que o Governador do Estado nomeasse um novo Presidente para
214 CONPAM. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou da tarefa a
215 ser realizada pela PGE, SECULT e CAOMACE sobre o Fundo Federal.
216 Informou que não conseguiram avançar muito, por não terem
217 conseguido localizar nas leis a determinação ou exigência de que
218 as multas aplicadas através das ações civis públicas fossem
219 repartidas com os estados, como também ainda não conseguiram
220 levantar o número de ações ambientais interpostas no Estado do
221 Ceará, mas que vão continuar pesquisando. **Dra. Sheila Cavalcante**
222 **Pitombeira** disse que em relação às ações estaduais fica fácil,
223 porque em todas elas a condenação tem que vir para o Fundo
224 Estadual. As ações federais que tramitam na Justiça Federal e as
225 eventuais condenações, esse dinheiro vai para o Fundo Federal, e
226 daí o que está sendo feito é o levantamento de como pode ser
227 captado o percentual dessas indenizações que vão para o Fundo
228 Federal para vir para o Estadual, pois na estrutura que está
229 sendo observada é que o FDD fica com o valor total. O que está
230 sendo defendido é que deveria ser usada a mesma sistemática que

231 ocorre com a repartição da receita tributária, a exemplo do
232 imposto de renda que vai para o Governo Federal, mas uma parcela
233 dele retorna para o Estado do Ceará, o mesmo acontece com o
234 Imposto sobre a Propriedade de Veículos - IPVA que vai para o
235 Estado, mas uma parcela retorna para o município onde foi
236 licenciado o veículo. Disse que está sendo verificado se existe
237 alguma outra alteração que não foi descoberta no Decreto, para
238 daí, se for o caso, fazer uma proposta de alteração legislativa
239 no Fundo Federal, para que os estados que tiverem o respectivo
240 Fundo Estadual, recebam pelo menos um percentual daquela
241 receita. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que
242 essa proposta é extremamente importante. **Dra. Maria Lúcia de**
243 **Castro Teixeira** afirmou que vão continuar estudando o assunto
244 dos recursos do Fundo para saber se é necessário fazer uma
245 sugestão de modificação na legislação deste. **Dr. Edson Alves da**
246 **Silva Filho** cumprimentou a todos, e disse ter entrado em contato
247 com o Secretário-Executivo do Fundo Federal, mas que eles têm a
248 concepção de que aquele Fundo é um Fundo Federal e não um Fundo
249 Nacional, daí porque não há repartição de receitas entre o Fundo
250 Federal e os Fundos Estaduais. Sugeriu ao Conselho Gestor do
251 FDID que lutasse para que esse entendimento fosse modificado,
252 tendo em vista que muitas das ações que são propostas na Justiça
253 Federal têm como objetivo a reparação de danos de impacto
254 regional ou local, mas que lá permanecem por questões
255 relacionadas a dominialidade da União ou assuntos não
256 relacionados diretamente com a tutela de direitos difusos. Disse
257 que esse é um discurso que pode ser utilizado para se modificar
258 a legislação federal, e, assim, tornar o atual Fundo Federal um
259 Fundo Nacional, no qual deverá haver repartição de receitas para
260 com os Fundos Estaduais. Sugeriu que fosse oficiada a Justiça
261 Federal para saber das ações em que estão presente o Ministério
262 Público Estadual e outras entidades estaduais e municipais com
263 repercussões regionais e locais. Disse ser essas informações
264 importantes para que possam formatar exposição de motivos e
265 lutar juntos com outros Conselhos Estaduais. **Dra. Sheila**
266 **Cavalcante Pitombeira** concordou com a expedição de ofício à
267 Diretoria do Fórum da Justiça Federal local, indagando quais as
268 ações que estão tramitando, objetivando a tutela coletiva que
269 diz respeito a essas questões localizadas. Falou que a maioria
270 das ações que tramitam no Ceará é sempre de impactos
271 localizados, pois a informação servirá de subsídio para esse
272 Conselho fundamentar a proposta de parcela, de transferência de
273 um percentual dessa receita do Fundo Federal para o Fundo
274 Estadual, encaminhando uma proposta de lei a Assembléia
275 Legislativa que certamente abraçará essa propositura, junto até
276 a bancada do Ceará, no Congresso Nacional, para fazer essa

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 alteração. Disse crer que os outros Estados também devem aderir,
278 pois ninguém vai ficar prejudicado, e que é uma preocupação
279 semelhante. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse
280 querer ponderar com os Conselheiros sobre a proposta feita pelo
281 Dr. Edson Silva sobre a formação de uma comissão para estudar
282 melhor e apresentar de forma viável o Projeto de Lei. Sugeriu
283 pedir antes a informação, e só depois formar a comissão.
284 Aproveitou a presença do Dr. Manuel Lima Soares Filho, ex-
285 Procurador Geral de Justiça, para informar-lhe que as prestações
286 de contas do FDID relativas aos anos de 2004 e 2005 foram
287 aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, sem nenhuma
288 ressalva. **Dra. Rimena Alves Praciano** cumprimentou a todos e
289 falou mais uma vez do prazer em estar participando deste
290 Conselho, e que não tinha nenhum encaminhamento a fazer.
291 **Deputado Sérgio de Araújo Lima Aguiar** cumprimentou a todos os
292 presentes e falou do prazer em estar juntamente com o Deputado
293 Tomás Figueiredo como suplente, representando a Assembléia
294 Legislativa do Estado do Ceará, já que foram indicados pela Mesa
295 Diretora daquela Casa. Falou que certamente o compromisso maior
296 deles por serem da Casa do Povo, em parceria com os demais
297 Conselheiros, é o de procurar realizar um trabalho em defesa do
298 FDID, e tem certeza de que com o passar do tempo irão se
299 familiarizar com a legislação que rege o FDID. Falou ainda que a
300 intenção é de participarem efetivamente com uma parceria
301 identificada em todas ações, já que a Assembléia Legislativa
302 também ecoa no sentimento que a população cearense tem e que
303 deve ser resguardado diante dos seus direitos que diz respeito à
304 coletividade. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** pediu
305 a cada Conselheiro que se identificassem dizendo o nome, órgão e
306 a função, pois era a primeira vez que o Deputado Sérgio Aguiar
307 participava de uma sessão do Conselho. Todos os Conselheiros se
308 apresentaram. Em seguida passou a palavra ao Dr. José Filho. **Dr.**
309 **José Francisco de Oliveira Filho** cumprimentou a todos e comentou
310 sobre o questionamento das indenizações que vão para o Fundo
311 Federal. Disse que com relação ao meio ambiente, a Constituição
312 Federal prevê a competência material como sendo a competência
313 concorrente, concorda plenamente com a perseverança do Conselho
314 em buscar uma fatia do Fundo Federal, mas acredita que por conta
315 do que a Constituição Federal dispõe sobre a competência
316 material ser concorrente entre o interesse local, regional e
317 nacional, acredita que não vai ser permitido que o Fundo Federal
318 seja fatiado. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** falou da
319 satisfação em ter nesse Conselho o Deputado Sérgio Aguiar
320 representando a Assembléia Legislativa, que é também Presidente
321 da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço, e que
322 conhece seu compromisso com o meio ambiente no município de

ATA DA 36ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 09 de junho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

323 Camocim e adjacências, e que com certeza ele vai dar uma
324 contribuição enorme para esse Conselho, a semelhança do que fez
325 o seu antecessor, Deputado Adahil Barreto. **Dra. Lucivanda Serpa**
326 **Gomes** propôs a formação de uma comissão constituída pela PGE,
327 Ministério Público e SEFAZ para estudar de forma mais amiúde o
328 projeto de lei sobre a cobrança e o parcelamento dos débitos
329 fiscais oriundos de multas aplicadas em prol do FDID, pois tem
330 medo que esse assunto caia não só no esquecimento, mas também no
331 acúmulo das agendas. Disse querer ouvir os outros Conselheiros.
332 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou aos
333 Conselheiros se eles concordavam com a proposição da Dra.
334 Lucivanda, o que foi aceita. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
335 lembrou aos Conselheiros que agora eles vão ingressar no momento
336 da análise dos projetos, e que no roteiro, no ritual, a
337 Secretaria-Executiva do Conselho irá fazer o encaminhamento das
338 diligências. Que segundo uma análise superficial realizada pela
339 Secretária, foi verificada a necessidade de atender algumas
340 diligências. Disse ser interessante que cada Conselheiro-Relator
341 que já se encontra com seu projeto específico, como também os
342 outros Conselheiros que receberam o material para conhecimento,
343 que também ao identificar a necessidade de alguma diligência
344 seja complementar, seja efetiva, já que foi encaminhada uma
345 listinha, um chek-list do que tem de ser atendido em cada
346 projeto, que já encaminhem por e-mail para a Secretaria o que
347 gostaria que fosse complementado, pois como ela vai consolidar
348 todas as diligências, então passará diretamente ao órgão para
349 que ele atenda ao que foi solicitado, para quando os projetos
350 forem julgados, essa fase já tenha sido totalmente atendida,
351 para que os projetos não sofram embaraço na apreciação por conta
352 de algo que deixou de ser feito anteriormente. **Dra. Maria do**
353 **Perpétuo Socorro França Pinto** comunicou e lamentou o recebimento
354 fora do prazo do projeto "Elaboração da Carta Acústica de
355 Fortaleza" proposto pelo Fundo de Defesa do Meio Ambiente -
356 FUNDEMA e o projeto "A Universidade Regional, no Controle da
357 Dengue através de Tecnologia Social" proposto pela Fundação
358 Universidade Regional do Cariri - URCA. Solicitou a permissão do
359 Conselho para apresentar uma matéria sobre a Atuação do
360 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul frente aos
361 Créditos de Carbono. E disse ser muito importante que o
362 Ministério Público do Ceará comece a despertar a respeito da
363 matéria, e quem sabe trabalhar algo com relação a esses
364 créditos. Lembrou que no dia 05 de junho foi comemorado o dia
365 Nacional do Meio Ambiente. Indagou se não seria importante para
366 esse Conselho ser conhecido, que fosse enviado a quem de
367 direito, votos de congratulações pelo trabalho, por todo o
368 compromisso que se tem feito em relação ao meio ambiente durante

369 anos, décadas aqui no Brasil. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
370 sugeriu que fosse feita uma moção de reconhecimento a ex-
371 Ministra Marina Silva pelo trabalho que desenvolveu quando
372 estava à frente do Ministério do Meio Ambiente, pois a sua
373 história da vida se confunde com a defesa do meio ambiente. **Dra.**
374 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou se todos
375 concordavam e se teria uma outra pessoa que teve o passado, e
376 que tenha no presente o compromisso com o futuro do meio
377 ambiente. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que nesses
378 dois últimos anos eles têm sido muito reveladores de agressão ao
379 meio ambiente, e o mundo está mudando tanto, que acha perigoso
380 fazer elogios por aí porque existe uma nova ordem que não está
381 sendo percebida e que está se modificando. Existem questões que
382 são manipuladas como questões ambientais que não são, e que
383 existem informações científicas importantes que são esquecidas e
384 distorcidas, e que o Estado do Ceará é um estado que tem um
385 bioma específico, peculiar como é a caatinga e espécies que
386 estão em processo de extinção, e não se ver nenhuma instituição,
387 nem o Conselho do Meio Ambiente, nem a própria SEMACE, nem um
388 órgão especificamente, num zelo ou numa veiculação, numa ação
389 específica. Existe um movimento próprio dos prefeitos da região,
390 mas é muito excipiente, é um movimento interessante, mas não um
391 movimento que encontre um respaldo efetivo de política estadual
392 nesse contexto. Aí toda essa política desencadearia numa
393 política de cultura, de cultura da região, e que nada disso
394 efetivamente tem sido observado. Disse que particularmente não
395 lhe ocorre nenhuma ação específica destacada de algum órgão, de
396 alguma pessoa desses órgãos que tenha nesse contexto se
397 destacado ou enfrentado essa questão no cenário estadual.
398 Considera esses dois anos de muita preocupação com a questão
399 ambiental no Estado do Ceará. O processo de desertificação está
400 muito acelerado e as informações são muito desencontradas, e
401 acha que precisa ter um órgão, e que esse Conselho seria para
402 isso, outro órgão para consolidar essas informações para
403 esclarecer a sociedade de quais são as cautelas que se deve ter,
404 de como fazer as pontes com os diversos segmentos, como a
405 questão ambiental pode ajudar na questão da saúde, como pode ser
406 trabalhada a questão da cultura, desenvolver a tecnologia, e que
407 isso no Estado do Ceará está muito desgarrado. **Dra. Maria Tereza**
408 **Bezerra Farias Sales** solicitou ao Conselho do FDID autorização
409 para colocar na pauta da próxima reunião a apresentação, pelo
410 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, do projeto Mata
411 Branca aprovado com recursos internacionais de doação do JEFI
412 que é o Fundo Global para o Desenvolvimento do Meio Ambiente, e
413 que vai trabalhar na preservação do bioma caatinga. Destacou que
414 o CONPAM já está integrado com o Fórum dos Inhamuns e que a

415 região a ser trabalhada será essa. Que o Comitê Caatinga e o
416 CONPAM já estão trabalhando as diretrizes junto com a Fundação
417 Cearense de Meteorologia - FUNCEME, colocando-se a disposição
418 para apresentar o projeto e as políticas que estão sendo
419 trabalhadas em defesa do Bioma Caatinga. **Dra. Maria do Perpétuo**
420 **Socorro França Pinto** disse ser muito importante porque todos
421 eles na condição de Conselheiros vão ter o conhecimento do
422 trabalho que vem sendo realizado. Falou de um trabalho muito
423 importante realizado sozinho por uma pessoa que não tinha nada a
424 ver com nenhum órgão, que foi o do Senhor Joaquim Feitosa. **Dra.**
425 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** informou que o Senhor Joaquim
426 Feitosa já havia falecido, e que o prêmio caatinga leva o nome
427 desse ambientalista. Informou também que no site
428 www.conpam.ce.gov.br tem todas as informações do Projeto Mata
429 Branca, do Programa Selo Município Verde que esse ano teve a
430 participação de cento e trinta e um municípios inscritos, todos
431 com o Conselho de Desenvolvimento Municipal criados de forma
432 paritária, e que quando o FDID apoiou em 2005 o Projeto Selo
433 Município Verde foram inscritos sessenta municípios. Que o
434 próximo passo do CONPAM, é fazer a capacitação de todos os
435 membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente. **Dra. Maria do**
436 **Perpétuo Socorro França Pinto** disse lembrar desse ambientalista
437 no ano de 1984 quando ele ia para dentro do DECON trabalhar na
438 defesa da comunidade. Citou o art. 170 da Constituição Federal
439 que diz que a defesa do meio ambiente é essencial, e é
440 instrumento importante para o desenvolvimento econômico e
441 social, e que como diz a Dra. Sheila Pitombeira, a questão do
442 meio ambiente perpassa pela saúde, pela economia e por tudo. **Dr.**
443 **Edson Alves da Silva Filho** falou que para complementar o que a
444 Dra. Sheila disse sobre a questão do meio ambiente que perpassa
445 por todos esses aspectos: cultural e urbanístico, a Secretaria
446 de Cultura do Estado do Ceará está finalizando um anteprojeto de
447 lei que será encaminhado ao Governador do Estado para
448 posteriormente ser encaminhado a Assembléia Legislativa, criando
449 o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico do Estado. **Dr.**
450 **Antonio Carlos Azevedo Costa** falou que gostaria de em vez de
451 enviar congratulações a autoridades, que fossem emitidas
452 correspondências para instituições que cuidam do meio ambiente,
453 como: ONG's, Comissão do Meio Ambiente da Assembléia
454 Legislativa, as Câmaras Municipais dos Municípios, no sentido de
455 transmitir a preocupação desse Conselho do FDID com o que está
456 acontecendo no globo terrestre, visando despertar a atenção e o
457 cuidado com o meio ambiente. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
458 **França Pinto** disse que estava pensando em dar uma outra
459 simbologia ao dia Nacional do Meio Ambiente, mas que há outro
460 encaminhamento de despertar dessa consciência ambiental. Indagou

461 aos outros Conselheiros se eles concordavam com a proposição
462 feita pelo Dr. Antonio Carlos. A proposição foi aceita por
463 todos. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** disse que entendeu a
464 colocação feita pelo Dr. Antonio Carlos, que foi no sentido de
465 estimular a implementação de políticas de defesa do Meio
466 Ambiente através das pessoas que estão à frente de alguns
467 setores. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** voltou a
468 falar sobre a atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
469 frente aos Créditos de Carbono, dizendo que o objetivo é a
470 possibilidade de viabilizar nos Termos de Ajustamento de Conduta
471 e nas Ações Cíveis Públicas, compensações ambientais através da
472 neutralização ou da venda de créditos de carbono. Pediu à Dra.
473 Sheila Pitombeira para explicar como funciona esse projeto, e
474 que já podiam começar a pensar como trabalhar essa matéria
475 através de uma comissão. Informou que em Fortaleza existem
476 apenas duas Promotorias do Meio Ambiente, mas que todos os
477 municípios participam da questão ambiental através das
478 Promotorias de Justiça. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
479 informou que o Ministério Público de Minas Gerais e do Rio
480 Grande do Sul na questão ambiental adotaram um procedimento que
481 o Estado do Ceará está também querendo adotar, mas que ainda
482 está na fase de planejamento, pois além das ações institucionais
483 que o Ministério Público tem, devem ser verificadas possíveis
484 demandas da coletividade para inserí-las junto às suas
485 atribuições. Falou que no caso de Minas Gerais, são feitas
486 audiências públicas e identificadas junto à coletividade quais
487 são as perspectivas, e já as inserem nas suas atribuições. O
488 Ministério Público do Rio Grande do Sul verifica cenários de
489 problemas ambientais do contexto e tenta quanto possível também,
490 inseri-las nas suas atribuições. Explicou que nos cenários
491 atuais, um dos problemas é a questão do aquecimento global, e
492 que contra este uma das medidas é a neutralização através do
493 plantio de mudas para capturar o CO₂, que são lançados na
494 atmosfera. Informou que no ano passado, no Congresso da
495 Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente -
496 ABRAMPA, realizado em Fortaleza, cujo evento foi patrocinado
497 pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, foi
498 feita a identificação, um cálculo aproximado de quanto CO₂ foi
499 emitido durante esse evento, como: deslocamento de pessoas de
500 Porto Alegre-Fortaleza, de São Paulo-Fortaleza, Belo Horizonte -
501 Fortaleza, deslocamento de veículos locais, quantidade de ar
502 condicionado ligado, quantidade de público nativo, quantas
503 pessoas se deslocavam a uma distância média para o hotel onde
504 aconteceu o evento, e com isso houve uma correspondente
505 necessidade de serem plantadas 1.000 mudas de plantas. As mudas
506 foram adquiridas pela SEMACE, e a área plantada foi um trecho

507 muito degradado do Rio Ceará situado entre o município de
508 Fortaleza e de Caucaia. Frisou que é uma ação como esta que o
509 Rio Grande do Sul está fazendo, só que no caso do Ceará foi
510 pontual: o evento e a ação ao mesmo tempo. Informou ainda que no
511 Rio Grande do Sul está sendo estimulado tanto quanto possível
512 que os Ajustamentos de Conduta cuja receita, justamente é uma
513 das que promove o FDID, elas sejam mais voltadas ao plantio de
514 árvores estimulando as pessoas para que entrem no mercado de
515 crédito de carbono. Que existe na bolsa de Nova York um mercado
516 para isso, e que aqui no Brasil já existe nos grandes centros de
517 bolsa - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Informou que
518 no Ceará ainda não tem esse mercado institucionalizado dessa
519 forma, mas que esse mecanismo está funcionando sempre em
520 verificar quanto foi o lançamento de CO2 e qual o número
521 correspondente de árvores a serem plantadas. Como o cálculo é
522 feito superficial, essa conta sempre pode dar aproximada, mas em
523 um cálculo mais científico, isso fica diferenciado, porque cada
524 planta tem uma forma de fazer a captura. As plantas mais novas
525 capturam mais CO2 do que as plantas mais velhas. Então, tem que
526 ser feito um monitoramento e daí a necessidade de um
527 acompanhamento por um profissional, um engenheiro florestal.
528 Disse que nada obsta que mesmo sendo usada essa forma ainda
529 rudimentar, que o Ministério Público nos Ajustamentos de
530 Conduta, e as empresas nas compensatórias nos órgãos ambientais,
531 que isso seja estimulado. Que o ganho seria muito maior no caso
532 do Ceará, se fossem juntadas duas necessidades: a identificação
533 do desmatamento das áreas de preservação permanente que aliada à
534 necessidade de recomposição dessas margens fosse adotado esse
535 projeto da captura de CO2, porque aí se teria uma efetivação
536 muito mais valiosa no cenário ambiental. Primeiro porque eram
537 capturados o CO2, mas seriam resgatados os canais hídricos
538 naturais que são os cursos d'água, os riachos e lagoas. Disse
539 que no caso do Ceará a situação mais urgente seria essa em razão
540 do desmatamento que ela sofre, em razão dos problemas que são
541 vistos nas cidades, quando acontecem as enchentes. **Dra. Maria do**
542 **Perpétuo Socorro França Pinto** disse que vai ser repassada a
543 experiência da SIL - Soluções Ambientais Ltda, e que depois
544 gostaria que fosse repassado o CD para o Dr. José Filho, para o
545 Dr. Raimundo Batista e para o CAOMACE para apoiar os Promotores
546 de Justiça nesse sentido. **Dra Sheila Cavalcante Pitombeira** falou
547 que os Centros de Apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais
548 têm uma estrutura instrumental muito diferenciada da do Ceará.
549 Nos planos de manejos eles contam com estudos de geólogos para
550 identificar o tipo de material, quanto de material vai ser
551 transportado, se por vento ou pela chuva, se isso pode alterar
552 uma vegetação ou um curso d'água, qual vai ser o efeito desse

553 transporte em relação ao assoreamento dos rios etc. Daí eles
554 fazem esses acompanhamentos todos e identificam como vão ser as
555 etapas de replantio. Falou da mineração de pedra no município de
556 Itaitinga - Ce, que é necessário que seja feito o PRADE, que é o
557 Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, que no Rio Grande do
558 Sul e Minas Gerais esse plano já é acompanhado desde o início.
559 Citou o caso que ocorreu no Estado de Minas Gerais quando uma
560 fábrica de papel contaminou um rio em Minas, Rio de Janeiro e
561 Espírito Santo. O Ministério Público fez três Termos de
562 Ajustamentos de Conduta - TAC's provisórios, e depois o TAC
563 definitivo, identificando primeiro a contaminação física,
564 química e bacteriológica, depois a população de peixes e a
565 estimativa do que deveria ser atingida, e daí fizeram todos os
566 passos até compor todo o cenário. Disse que eles contam com um
567 programa de animação que mostra tudo o que vai acontecendo desde
568 o início até o final - o que foi replantado, e que para essa
569 apresentação é necessário um equipamento de software adequado, o
570 engenheiro florestal, os planos de manejos e tudo que é preciso.
571 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França** perguntou o que seria
572 necessário para que o Estado do Ceará começasse a fazer o seu
573 trabalho na questão da aquisição de créditos de carbono, pois é
574 uma convenção. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** falou que
575 na preparação do Projeto Mata Branca que é a conservação e
576 gestão do bioma caatinga foram levantados dois temas para serem
577 trabalhados com políticas públicas: o primeiro, a valoração dos
578 bens ambientais, que é um trabalho que está sendo feito, e que
579 no Nordeste ainda não tem especialista trabalhando nessa área; e
580 o segundo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Informou
581 que o funcionário do Banco Mundial, André Aquino que é
582 responsável pelo Fundo de Crédito de Carbono, vai estar no
583 Ceará, nos dias 18 a 20 desse mês, e é ele que trabalha com o
584 CONPAM e com o Comitê da Reserva da Biosfera da Caatinga,
585 acompanhando esse projeto junto ao Banco Mundial. Falou que esse
586 projeto não é um acordo de empréstimos, e sim um acordo de
587 doação entre o GEF - Fundo Global para o Desenvolvimento do Meio
588 Ambiente com o órgão empreendedor Banco Mundial, e que o Ceará
589 se habilitou e concorreu com mais cento e sete países e ficou
590 entre os sete que tiveram o seu projeto aprovado. Falou também
591 da grande dificuldade que tiveram por conta da falta de estudo
592 sobre a metodologia para a caatinga, para quantificar quanto se
593 perde de raiz, e como a vegetação do Ceará é caducifólia, numa
594 fase do ano ela perde todas as folhas. Estão trabalhando junto
595 com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e
596 com o Fundo do Banco Mundial, tentando saber qual é a
597 metodologia mais adequada para quantificar o que se perde e o
598 que pode ser recuperado no bioma caatinga. Informou que a

599 metodologia passa por uma avaliação do Ministério da Ciência e
600 Tecnologia para que esses créditos sejam validados. O CONPAM e o
601 Comitê Estadual, onde a SEMACE também faz parte, já estão com a
602 reestruturação da política florestal que foi designada pelo
603 IBAMA em 2007 para a SEMACE, e já estão pensando como articular
604 dentro do Projeto Mata Branca, essa metodologia. Falou que o
605 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, está
606 precisando fazer um marketing institucional para mostrar os
607 programas que estão desenvolvendo. Falou do PREVINA que é um
608 programa de prevenção e combate a incêndios florestais, onde
609 trabalham integrados com a FUNCEME, SEMACE e EMATECE para
610 identificar as áreas que estão sendo degradadas, onde estão
611 sendo feitos todo o monitoramento dos focos de calor com a
612 FUNCEME e o PREVEFOGO Nacional, do MATA BRANCA que vai ser
613 apresentado ao Conselho na próxima reunião, e do SELO MUNICÍPIO
614 VERDE que são políticas públicas que estão sendo até replicada
615 por outros estados, e receberam convites dos Estados de
616 Pernambuco e Bahia, para implantarem lá esse programa como uma
617 experiência exitosa do Estado do Ceará. **Dra. Maria do Perpétuo**
618 **Socorro França Pinto** falou que sobre as experiências de créditos
619 de carbono do Rio Grande do Sul, ficará para ser apresentada em
620 uma outra oportunidade. Solicitou que esse material fosse
621 passado para as Promotorias do Meio Ambiente e para o CAOMACE e
622 que será sintetizado para passar para todos os Conselheiros,
623 porque o Ministério Público toda vez que fizer um Termo de
624 Ajustamento de Conduta vai constar em uma de suas cláusulas
625 esses créditos, e terá que vir para esse Conselho. **Dra. Maria**
626 **Tereza Bezerra Farias Sales** indagou ao Conselho se eles
627 gostariam que ela trouxesse o Senhor André Aquino que é o
628 Coordenador do Fundo de Crédito de Carbono do Banco Mundial para
629 fazer uma visita ao Ministério Público e agendar uma reunião
630 para que se conheça o trabalho dele. **Dra. Maria do Perpétuo**
631 **Socorro França Pinto** sugeriu que fosse realizada uma sessão
632 extraordinária desse Conselho para essa apresentação, contando
633 também com a presença de todos os Promotores de Justiça. **Dra.**
634 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** ficou de fazer o contato com
635 ele e dar o retorno o mais breve possível. **Dra. Maria do**
636 **Perpétuo Socorro França Pinto** agradeceu a presença de todos e
637 disse que vai ver se traz para a próxima reunião desse Conselho,
638 os Conselheiros da Junta Recursal do Programa Estadual de
639 Proteção e Defesa do Consumidor - JURDECON, pois esta repassa
640 multas altíssimas ao FDID com relação à defesa do consumidor.
641 Agradeceu a presença da Dra. Tarin Mont'Alverne, Assessora
642 Jurídica do CONPAM. **Dra. Tarin Cristiano Frota Mont'Alverne**
643 cumprimentou a todos e parabenizou a Dra. Socorro pela
644 Presidência do Conselho Gestor do FDID e falou da palestra sobre

